

# INCLUSÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

\*Verônica Medeiros da Silva\*

\*\*Silvana M. Beduschi da Silveira\*\*

## RESUMO

O presente estudo aborda a aprendizagem dos alunos que são portadores de algum tipo de necessidade educacional especial na educação básica, apontando algumas práticas e o ponto de vista de grandes autores como Mantoan, Ferreira, Skliar entre outros, este estudo traz alguns dos direitos do cidadão portador de deficiência, analisando o contexto da sociedade em que vivemos e propondo algumas sugestões de práticas que podem nos trazer melhorias no convívio em sociedade, destacando algumas possibilidades para que ela seja mais humana e igualitária, aponta também avanço em que a Educação Especial (EE) conquistou ao longo dos anos, tendo uma metodologia que se apresenta de forma qualitativa apreciando várias bibliografias e outros documentos. Aos professores que se preocupam com o desenvolvimento de seus alunos, no decorrer do texto são apontadas algumas sugestões que podem ser usadas para se obter resultados positivos.

Palavras - Chave: Inclusão. Aprendizagem. Direito dos Deficientes.

---

\* Pós graduanda em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares e Garantia de Direitos pela UNOESC. Professora de Educação Especial pela UNOPAR. Email: veronicakati@yahoo.com.br\*

\*\*Mestre em Psicopedagogia pela UNISUL. Professora orientadora da UNOESC. Email: Silvana.Silveira@unoesc.edu.br\*\*

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa estuda o processo de inclusão dos alunos com alguma dificuldade educacional especial no ensino regular, trazendo alternativas já estudadas por autores como: Mantoan, Ferreira, Rodrigues, Skliar entre outros. Concordamos com Fonseca (1995) quando coloca que só haverá inclusão se houver uma efetiva interação entre aluno com necessidades educacionais especiais e aluno que não apresentam esta dificuldade, possibilitando um convívio social. Dentro deste estudo são apontadas algumas possibilidades que sejam eficazes para que ocorra o aprendizado dos alunos com dificuldade educacional especial do ensino regular, levando em consideração suas capacidades e o direito a educação inclusiva. Tendo como foco principal da pesquisa os seguintes itens: Fundamentar teoricamente o processo de inclusão no ensino regular, como direito legalizado e de aprendizagem; Entender quais as possibilidades de incluir os alunos no ensino regular com direito ao desenvolvimento e aprendizado; Quais os desafios e empecilhos para que ocorra a inclusão dos alunos no contexto da educação Básica? Verificar estratégias que possibilitam as práticas inclusivas dos alunos do ensino regular; Diante da realidade que vivemos na sociedade, devemos estar bem preparados para enfrentar os percalços que encontramos e assim deve ser com nossos alunos, pois há uma vida em sociedade que não dá chances para imperfeições. A escola deve levar em consideração que os alunos com necessidades educacionais especiais estão à mercê da sociedade, cada aluno tem suas particularidades e seus interesses, analisando os interesses pode-se aprimorar algumas aptidões que posteriormente venham a contribuir em sua vida em sociedade, esta é umas das grandes atividades que o professor pode desenvolver com alunos que tenham algum comprometimento. A escola inclusiva pode ajudar a melhorar os resultados, sendo ela trabalhada da maneira como é proposta. O assunto escolhido traz a problemática estudando se é possível contemplar a inclusão dos alunos deficientes que tenham alguma dificuldade educacional na perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem no contexto da sala de aula do ensino regular, dentro deste contexto há a necessidade de melhor prepará-los para a vida em sociedade, desenvolvendo mais as habilidades de convívio, de expressão e de autonomia que são imprescindíveis para poder se integrar de maneira concreta na sociedade. Partindo da realidade de cada um a inserção deste deve ser algo absolutamente normal, porém na pratica nem sempre isso acontece. Diante da constituição somos todos iguais, no entanto nossa educação deve melhorar muito para que um dia possamos por em prática este conceito, não há solidariedade com o semelhante em uma sociedade puramente capitalista. Este estudo busca maneiras de aprimorar o aprendizado e

também as relações entre as diferenças, tendo como questões de pesquisa os itens que segue: Como está organizado o processo de inclusão no ensino regular em termos legais, como direito legalizado e de aprendizagem? Quais as possibilidades de incluir os alunos no ensino regular com direito ao desenvolvimento e aprendizagem? Quais os desafios da educação inclusiva para os alunos do ensino regular? Quais as estratégias viáveis inclusivas para os alunos do ensino regular? Estas são as questões que dão base para a pesquisa. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como o principal instrumento. A pesquisa qualitativa supõe o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, neste caso a presente pesquisa foi realizada através de livros e artigos, onde foram coletados os dados para responder os objetivos e as questões de pesquisa. O estudo traz como problemática a seguinte questão: Será possível contemplar a inclusão dos alunos que tenham alguma dificuldade educacional especial na perspectiva de desenvolvimento e aprendizado no contexto da sala de aula do ensino regular? Este é o assunto que busca alternativas para que possamos possibilitar um melhor desenvolvimento do cidadão incluso na sociedade. Durante o estudo deste assunto pode se observar que há vários pontos que precisam ser melhorados, a formação dos professores sendo um deles e não menos importante é a aceitação da sociedade, sociedade esta que precisa ser mais aberta à realidade existente e buscar por ser mais informada, pois grande parte dessa população não tem o mínimo de conhecimento sobre o assunto, nos casos em que haja o constrangimento do portador de deficiência existe a lei federal nº 7.853/89 que o ampara, além da Declaração de Salamanca e a Convenção de Guatemala. Todos nós ganhamos com uma educação que acolhe os seus educandos, partindo disso temos a educação inclusiva que pode nos trazer bons resultados sendo ela trabalhada da forma como é proposta.

## **2 INCLUSÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

### **2.1 ABORDAGENS EDUCACIONAIS DE ALUNOS INCLUSIVOS**

Inclusão é um tema bastante amplo, que está envolvido em todos os meios sociais, vê-se que a inclusão é um campo fértil e que a escola é um dos primeiros grupos sociais dos quais se deve fazer parte. A inclusão deve ser subsidiada pelo fazer e no convívio com a realidade e a partir dela e das necessidades de cada contexto sócio-educativo, construir uma relação dialética entre o ensino, o saber e a vida dos educandos num processo de trabalho e objetivos coletivos. Quando se fala em inclusão da criança com deficiência na rede regular de

ensino, implica lembrar que no Brasil existem milhões de pessoas que ainda não tiveram acesso à escola. Seja por algum tipo de deficiência física, visual, auditiva, mental, múltipla, distúrbio de conduta ou também superdotado. Estas pessoas com algum tipo de deficiência também existem em nosso meio, na nossa sociedade e no nosso cotidiano escolar. Quando se fala em inclusão não está se falando apenas de um indivíduo isolado, mas da sociedade como um todo, ou seja, de grupos étnicos, da família, das relações estabelecidas, enfim de todo um contexto que envolve esta situação e que é causa de um grande desafio para todos os educadores. É na escola que as diferenças se destacam. Precisa-se aprender a conviver com a diversidade e repensar o paradigma da educação se almejar uma sociedade, na qual todos possam exercer a sua cidadania. O problema se situa na questão de saber trabalhar com as diferenças. A preparação dos profissionais da educação e o espaço escolar. Nem a escola está fisicamente pronta para atender a demanda da inclusão e nem o professor está á par de certas informações e preparado pedagogicamente para trabalhar com o aluno incluso no ensino regular. Skliar (2006, p.31) faz a seguinte afirmação:

Afirma-se que a escola e os professores não estão preparados para receber os “estranhos”, os “normais” nas aulas. Não é verdade. Parece-me que ainda não existe nenhum consenso sobre o que significa “estar preparado” e, muito menos, acerca de como deveria se pensar a formação quanto às políticas de inclusão propostas em todo o mundo.

Outra autora como Fatima Denari (2006) também coloca sua ideia sobre a questão das estratégias metodológicas e didáticas que podem não corresponder ao que necessariamente o aluno requer, a autora entende que o docente de Educação Especial necessita de ajuste na sua formação inicial para a realização das práticas escolares. A inclusão das pessoas especiais vem sendo estudada nos últimos anos com mais afinco visando incluir de fato essas pessoas com os mesmos direitos para exercer cidadania plena, sem sofrer rejeição da sociedade. Nossa sociedade desde os primórdio foi construída para dificultar o acesso aos portadores de necessidade especial, até porque essas pessoas eram vistas como pecadores, de uma forma negativa. Essa ideia que os deficientes não poderiam participar ativamente da sociedade começou a mudar de uma forma mais positiva após a criação da Declaração de Salamanca na cidade da Salamanca na Espanha em 1994. A educação inclusiva, enquanto conceito e proposta institucional tiveram avanços, porém na prática muita coisa ainda deve ser mais bem trabalhada. A educação inclusiva faz toda a diferença como afirma Strider & Zimmermann (2006, p.89):

Na inclusão, o fracasso escolar é entendido como uma responsabilidade escolar. Na integração, o fracasso escolar é debitado ao aluno, pois o mesmo não teve

competência para se adaptar as regras inflexíveis da escola, considerando que a atenção da comunidade escolar está mais voltada para os impedimentos do que para os potenciais da criança.

A Declaração de Salamanca é um documento que visa guardar os direitos estabelecidos dos deficientes, expedido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e foi concebido na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca. O texto traz princípios de políticas e práticas das Necessidades Educativas Especiais (NEE), e dá orientações para ações em níveis regionais, nacionais e internacionais sobre a estrutura de ação em Educação Especial (EE). No que tange à escola, o documento aborda a administração, o recrutamento de educadores e o envolvimento comunitário, entre outros pontos. Esta lei veio com o propósito de que os alunos com algum tipo de dificuldade física ou motora tivessem as mesmas oportunidades e sejam mais respeitados. A Convenção da Guatemala e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, mais conhecida como Convenção da Guatemala, e no Brasil, no Decreto nº 3.956/2001. O texto brasileiro afirma que as pessoas com deficiência têm “os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, decorrem da dignidade e da igualdade que são essenciais a todo ser humano”. A Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Encontramos as leis que regem este país e fazem valer a cidadania. Nas leis citadas nesta constituição pode-se entender que vivemos em um país onde podem ser assegurados os direitos sociais, individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Cada lei que este texto traz foi criada com o intuito de que haja igualdade a todos. Locatelli & Vagula (2009) apontam inicialmente aspectos históricos, sociais e filosóficos na educação especial, contemplando principalmente as mudanças de paradigmas a que se submeteu este campo da educação, caracterizando assim a educação inclusiva em seus objetivos principais, apontando a escola inclusiva como a direção a ser seguida. As autoras têm como propósito a ideia de atrair os educadores para uma escola mais justa e igualitária, tendo como consequência garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educativas especiais (NEE).

## 2.2 O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR, COMO DIREITO LEGALIZADO E DE APRENDIZAGEM.

Nos termos da lei, a educação especial abre a oportunidade para o educando ter aulas em casa quando sua presença não for possível na sala de aula, contando com um professor que tenha formação adequada, é o que a Constituição da República Federativa do Brasil diz no capítulo III, artigo 208 parágrafo III: Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Este processo de lecionar na casa do aluno pode ser desvantajoso para o aluno, pois o professor de Educação Especial em algumas universidades nem sempre é bem preparado para atender a todos os propósitos que a educação requer. Segundo Ferreira (2006, p.233) “uma professora que em termos gerais, ainda não existe, da mesma forma que ainda não existem universidades que forme docentes com o novo perfil ou sistemas educacionais que promovam ações de educação de professores para a inclusão”. Quando se trata do ensino fundamental e médio, que as matérias são estudadas mais a fundo, os professores de Educação Especial em sua grande maioria não são formados em área específicas, tendo dificuldades em esclarecer algumas dúvidas que o aluno possa ter porque a formação do professor de educação especial é de modo global. A resolução nº2, de 11/09/2001 do MEC trata de educação inclusiva, mas para que a educação inclusiva aconteça de fato grande parte dos docentes e também da sociedade precisam estar preparados para promovê-la, há também a necessidade de que os planos educacionais sejam redefinidos na direção de uma “educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos que reconhece e valoriza as diferenças” é o que afirma Mantoan (2006, p.197). O modelo de educação inclusiva é bastante atraente aos olhos da comunidade escolar, pois se trata de uma educação que quebra preconceitos, acolhe, compreende, auxilia, estimula, trabalha com o aluno na sua totalidade, respeitando sua diversidade. Para Mantoan (2006, p.199):

Incluir é necessário, primordialmente, a fim de melhorar as condições da escola de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida em sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, conquanto o preço que tenhamos que pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos.

O que a Educação inclusiva propõe a meu ver, está muito longe de nossa realidade, pois como afirma Ferreira no texto acima, os caminhos que estão sendo traçados não vão levar ao que se almeja que é a educação inclusiva, sendo que a base da educação que é o

professor está sendo muito mal preparado no contexto geral, o sistema educacional das universidades não está preocupado com a qualidade do profissional que dispõe para o mercado, considero que a formação virou não mais que um negócio para muitas universidades em um contexto geral. A Declaração de Salamanca traz em seu texto como acordo firmado, que o aluno tem direito a uma educação inclusiva, esta educação deve compreender todos os estilos e ritmos de aprendizagem contando com currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com a comunidade, esta Declaração buscou todos os direitos educacionais do cidadão com Necessidades Educativas Especiais e salvou na forma de lei. A legislação não traz bem especificada o que deve conter no currículo para a formação do docente na Educação Especial, a resolução nº 2 de 11/09/2001 em seu art.18, § 1º considera “professor capacitado para trabalhar na Educação Especial aqueles que tiveram em sua formação de nível médio ou superior conteúdo sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores” ([portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf)), isso deixa em aberto a oportunidade para se ter em sala de aula professores com capacitação precária e com pouco recurso para desenvolver as potencialidades do aluno, a mesma resolução citada acima traz em um parágrafo único que os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotados de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção de educação inclusiva, os professores de Educação Especial e de outras áreas também, precisam ser melhor preparados para estarem em sala de aula, esta brecha na lei pode ser considerada como um descaso com a educação e nosso país. Em um país onde sua população não é bem educada, as leis são elaboradas para punir os menores atos e outros atos que nem deveria existir, como discriminação com as pessoas portadoras de deficiência, a condição dos deficientes certamente não foi algo almejado, ninguém em sã consciência vai querer ter alguma patologia. Para que os portadores de deficiência não sofram discriminação, houve a necessidade de se criar uma lei que os defendesse que a lei federal de nº 7.853/89. A Convenção de Guatemala é de 1999, e no Brasil foi promulgada através do Decreto nº 3.956, de 08/10/2001, esta lei especificamente traz em seu texto o amparo dos portadores de deficiência contra a discriminação.

### 2.3 POSSIBILIDADES DE INCLUIR OS ALUNOS NO ENSINO REGULAR COMO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

O professor vem à frente de todo este processo, o acolhimento desses alunos não pode ser confundido com piedade, sendo que devemos vê-los iguais, apenas com recursos diferentes para promover o seu pleno desenvolvimento. Todos os alunos devem ser motivados a obterem melhores resultados, sendo que os portadores de deficiência precisam deste recurso redobrado. A escola a meu ver deve primar pela educação e aprendizagem de todos os seus alunos, respeitando sua cultura e seu ritmo de aprendizagem, e que essa aprendizagem ocorra de forma prazerosa e definitivamente concreta. Como a legislação aponta todos têm direito a educação, porém cabe destacar aqui como mostra Ferreira (2006, p.221) que “o Brasil tem 5.564 municípios e que as escolas brasileiras estão localizadas nas capitais ou cidades com certo nível de desenvolvimento”, esse dado nos mostra a grande falha que há no cumprimento das leis. O ensino busca possibilidades para obter melhor resultado, tanto na Educação Especial quanto na educação básica, um professor atualizado sempre busca novos métodos para obter sucesso. Tem-se falado muito em uma educação transdisciplinar que vai além do que temos nas escolas, é um modo de incluir os conhecimentos em todas as áreas, e saber construir o novo partindo de experiências, costumes, crenças que são vividas no cotidiano escolar. Na transdisciplinaridade inclui tradições filosóficas, religiosas e artísticas e saberes populares, além de humildade frente aos novos e diferentes saberes. Para Strieder & Zimmermann (2006, p.120):

A transdisciplinaridade não é apenas uma proposta teórica, mas, sobretudo uma atitude uma abordagem científica, cultural, espiritual e social. Seu objetivo é a compreensão do mundo e seu olhar permite um todo expressivo que nasce de constantes diálogos entre parte e todo. Pode ser conceituada de diversas formas como um processo, uma moldura estrutural lógica, uma maneira de pensar. Nesse sentido, é uma forma para expressar e reforçar as esperanças e as aspirações da humanidade.

A transdisciplinaridade abre espaço para as demais disciplinas compartilharem seus saberes, ela busca diálogo e discussões sempre respeitando todos os saberes. O objetivo da transdisciplinaridade é a compreensão do mundo presente, com os avanços das pesquisas científicas não nos cabe mais aceitar verdades absolutas e muito menos uma disciplina sentir-se mais importante que as demais, no contexto em que se encontra a educação hoje, o todo em conjunto torna o conhecimento mais enriquecedor e proveitoso. A educação seria vista com outros “olhos” se de fato a transdisciplinaridade ocorresse na prática das salas de aulas, toda a comunidade escolar obteria resultados positivos, mas para que isso ocorra toda esta comunidade deve estar disposta a abraçar esta prática levando em consideração que a humildade precisa estar presente. A transdisciplinaridade não é uma matéria, ela não se desenvolve sozinha, o todo traz o resultado.

Como afirmam Strieder & Zimmermann (2006, p.119):

Para a transdisciplinaridade, a educação precisa nutrir-se das ciências exatas, sociais e humanas, mas também precisa beber nas fontes das filosofias, das artes, das tradições espirituais, das tecnologias e, principalmente das práticas relacionais de convivência comunitária. Nessa diversidade de fontes a educação poderá superar as dualidades, ciência e consciência, corpo e mente, materialidade e espiritualidade, coração e razão.

As práticas de fragmentação nas escolas prejudicam os resultados dos alunos, pois isso não permite o professor obter novos conhecimentos, novos desafios e com isso ganhar novas aprendizagens.

#### 2.4 DESAFIOS E EMPECILHOS PARA QUE OCORRA A INCLUSÃO DOS ALUNOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Inicialmente um dos desafios mais importante é a formação do docente na Educação Especial, nos dias atuais a legislação favorece uma formação em nível médio e outras formas mais aligeiradas, gerando com isso um baixo nível de profissionais nesta área e um péssimo rendimento dos alunos com necessidades educacionais.

Para Denari (2006, p.37):

Um novo plano deve conter delineamentos específicos que favoreçam a formação dos futuros docentes, contemplando, em primeira instância, a necessária articulação metodológica e didática para intervenção e o planejamento de ações de caráter formativo, no sentido amplo da educação – a formação do cidadão.

Complementando a ideia da autora, vejo que seria necessária ainda complementar a formação dos docentes já formados também. A formação deveria ser voltada a um preparativo de efetiva qualidade para lidar com a diversidade, “além de (in) formação específica em Educação Especial, nos cursos de formação inicial e na graduação para prover os apoios pedagógicos previstos na legislação”, isso é o que afirma Fatima Denari (2006). Um estudo realizado por Glat & ferreira em 2003, aponta para os suportes existentes na educação inclusiva, Ferreira (2006) destaca entre eles como os desafios a formação dos professores e gestores para o processo de inclusão, bem como as demais carências que marcam a escola pública básica no país. O professor que não é bem preparado para estar em sala de aula com alunos de diferentes níveis de aprendizagem pode colocar alunos em situação complicada, vendo que este aluno não desenvolve sua aprendizagem com seu método tradicional o professor se acha no direito de logo encaminhar este aluno a serviços de apoio, com isso ele promove a exclusão do aluno, no processo de desenvolvimento da aprendizagem, vários

métodos devem ser usados, pois os alunos têm modos diferentes de aprender. A autora Soraia Napoleão Freitas traz em seu texto uma colocação que faz nós professores refletirmos a respeito e com isso não deixa-nos acomodar.

Para Freitas (2006, p.168):

É consensual a afirmação de que a formação de que dispõe os professores hoje no Brasil não contribui suficientemente para que seus alunos se desenvolvam como pessoas, tenham sucesso nas aprendizagens escolares e, principalmente, participem como cidadãos detentores de direito e deveres na chamada sociedade do conhecimento.

O professor de que a escola esta carente é aquele que seja colaborador, que tenha o espírito crítico para analisar suas práticas e as desenvolve-las a favor da escola, a favor das necessidades de seus alunos e esteja sempre em busca de se aperfeiçoar, que esteja aberto a sugestões e aprimoramentos. Para que o professor possa desenvolver um bom trabalho, ele precisa de apoio, motivação e subsídios, a escola ideal para todos os alunos, precisa de um conjunto, de um todo para chegar aos resultados esperados. A autora Luiza Cortesão (2006, p.124) “aponta em seu texto que os professores estão desmotivados e que isso evidencia uma crise nas escolas”. O autor Ferreira (2006, p.108) nos coloca a pensar sobre “construir a inclusão em uma escola excludente”, a escola encontra dificuldade em conseguir apoio das famílias dos alunos que não são considerados “especiais”, a sociedade esta cheia de preconceitos, os pais veem a escola inclusiva de modo que possa interferir na aprendizagem dos seus filhos considerados ”normais”. Em um país com uma das piores distribuições de renda no mundo. Isso nos faz entender o porquê de não termos uma educação melhor, com mais incentivo, com mais apoio e por fim com melhores resultados.

## 2.5 ESTRATÉGIAS QUE POSSIBILITEM AS PRÁTICAS INCLUSIVAS DOS ALUNOS DO ENSINO REGULAR

Nos últimos anos a preocupação com a educação inclusiva tem tomado seu espaço nos debates, nas pesquisas e por fim algumas questões são tomadas mais afundo e conseqüentemente vem trazendo alguns resultados, algumas modificações são colocadas por Luiza Cortesão (2006, p.124):

As preocupações com a inclusão de alunos com características que comprometem o seu desenvolvimento, certa descentralização na tomada de decisões educativas,

proposta para gestão flexível de currículos e ao aparecimento da área de projeto, bem como a ocorrência de algumas tentativas de sensibilização de professores à educação multicultural.

A formação do professor certamente é uma das inúmeras possibilidades para que ocorra a inclusão dos alunos, como aponta Freitas (2006, p.126) que “a formação do professor de modo geral, deve incluir programas/conteúdos que desenvolvam competências de um profissional intelectual para atuar em situações singulares”. Ao ver de Soraia Napoleão Freitas (2006, p. 167) “para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada com base no entendimento de que é ela que precisa ser capaz de atender as necessidades de seus membros”. A escola inclusiva deve primar pela aprendizagem em conjunto de seus alunos, o ensino deve ser apresentado ao aluno de diferentes formas, sendo que cada um tem um modo de aprender, essa aprendizagem pode ser lendo, ouvindo, escrevendo, pesquisando, desenhando, dialogando entre outras. Correia (2006, p.267) nos apresenta alguns métodos que já foram testados e certificados de sua eficácia com alunos de aprendizagens atípicas que são eles: “ensino reeducativo, do ensino direto, da avaliação baseada no currículo, da avaliação funcional e da análise comportamental aplicada”. Conhecer bem o aluno com Necessidades Educativas Especiais e suas condições de estudo, seu recurso pra buscar o conhecimento é fundamental para poder desenvolver o ensino de forma que o aluno tenha condições para retribuir o que lhe é proposto. Trabalhar o ensino de modo inclusivo é dar oportunidade para cidadãos ter melhor desempenho na vida.

Para Mantoan (2006, p.199):

Incluir é necessário, primordialmente, a fim de melhorar as condições da escola de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida em sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, conquanto o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos.

As afirmações de Mantoan nos levam a pensar se realmente estamos levando em consideração o preço a pagar por tantos alunos que vem e vão sem que ao menos uma mudança seja provocada, a autora afirma que incluir é necessário, certamente porque esta inclusão ainda não ocorre de fato na prática de muitas escolas.

### **3 MATERIAL E MÉTODO**

Sendo esta uma pesquisa teórica onde predomina a pesquisa qualitativa, os materiais que me direcionaram nesta pesquisa foram exclusivamente livros. Os autores que me

orientaram neste processo são: Adriana Cristiane Dias Locatelli & Edilaine Vagula, David Rodrigues (org.), Carlos Skliar (org.), Roque Strieder & Rose Laura G. Zimmermann e ainda Constituição da República Federativa do Brasil. Estes autores me proporcionaram um estudo mais aprofundado dos meus objetivos já mencionados no decorrer do texto. Após fazer leitura e estudo sobre os assuntos abordados, passei a escrever, colocando citações dos autores e também o meu ponto de vista com minhas sugestões.

#### 4 CONCLUSÃO

Analisando todas as evidências, estamos longe de sermos e termos uma escola inclusiva, a constituição federal que ampara a educação trazendo em seu capítulo III art.205 que a educação é direito de todos sem fazer nenhuma diferenciação aos alunos, podemos contar também com a Declaração de Salamanca e a Convenção de Guatemala entre outras leis e decretos, todos esses recursos tem o objetivo de proporcionar uma educação mais igualitária e mais efetiva, com este estudo pode ser constatado que existem leis que amparam e autores que continuam estudando a inclusão dos alunos.

O professor em sala de aula deve receber o aluno sem sentir piedade da situação na qual ele se encontra e sim recebê-lo de forma que possa estimulá-lo, mostrando que é capaz, apresentando a seus colegas e a comunidade escolar um aluno que tem uma patologia, mas que perfeitamente pode desenvolver-se dentro de sua capacidade e seus objetivos. Para que possamos contemplar uma escola com bons resultados precisamos de ajustes no sistema educacional brasileiro contando com uma formação inicial de docentes conhecedores de sua real função. A transdisciplinaridade pode nos render ótimos resultados se for trabalhada da forma como é proposta.

A educação básica no Brasil tem grandes desafios que precisam de muita atenção do poder público e mais que atenção de ação. A educação precisa de investimentos: na formação e remuneração dos docentes, nos materiais de apoio, na estrutura da escola e não menos importante, na sociedade, estes são alguns dos empecilhos encontrados, a secretaria de educação tendo docentes com boa formação e com salário digno, certamente terá em sala ótimos resultados, a boa formação dará condições de um bom trabalho a ser desenvolvido. Por algum momento a sociedade pensa se realmente a secretaria de educação quer nos oferecer estes bons resultados porque não esta sendo criadas condições para se obter estes bons

resultados. A meu ver a sociedade carece de indivíduos sem algum tipo de preconceito, isso também não impede de termos melhor crescimento.

Diante deste estudo pode se concluir como uma das estratégias a educação inclusiva que é uma das formas que tem condições para oferecer bons resultados na educação, seja ela na educação especial ou não, pois em qualquer sala de aula se encontra alunos que são excluídos por algum motivo. A educação inclusiva acolhe, orienta, aceita o ser humano como ele é, na prática isso acontece quando toda comunidade escolar trabalha de acordo, sendo que os resultados poderão ser vivenciados na sociedade. A educação inclusiva precisa sair da teoria e ser vivenciada na prática, contando ainda com a disciplinaridade, dois elementos que podem proporcionar uma educação mais efetiva.

## ABSTRACT

This study addresses the learning of students who are carriers of some kind of special educational needs in basic education , pointing out some practices and the views of great authors as Mantoan , Ferreira, Skliar among others , this study provides some of the citizens' rights a disability by analyzing the context of the society in which we live and proposing some suggestions for practices that can bring us improvements in life in society , highlighting some possibilities for it to be more humane , egalitarian , also points forward in the Special Education ( EE ) won over the years , with a methodology that is presented qualitatively enjoying various bibliographies and other documents. Teachers who care about the development of his students, throughout the text points out some suggestions that can be used to obtain positive results.

**REFERENCIAS:**

Brasil. [constituição(1988)] Constituição da Republica Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94.- Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

Locatelli, Adriana Cristine Dias, Vagula, Edilaine, Fundamentos da educação especial: pedagogia, SP, 2009.

Rodrigues, David, (org.), Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a Educação Inclusiva, São Paulo: summus, 2006.

Skliar, Carlos (org.), Educação e Exclusão: Abordagens sócio antropológicas em Educação Especial, Porto Alegre: Mediação, 1997.

Strieder, Roque; Zimmermann, Rose Laura G., A Educação ainda em processo de Construção, Florianópolis, DIOESC, 2012.